

## *Arpillerando* com jovens do Ensino Médio de uma escola do campo – bordados coletivos da luta pela terra

 Louise Löbler<sup>1</sup>,  Maria Cristina Schefer<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Programa de Pós-Graduação em Educação. Avenida Roraima, nº 100, Bairro Camobi. Santa Maria - RS. Brasil. <sup>2</sup> Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS.

Autor para correspondência/Author for correspondence: [louiselobler@gmail.com](mailto:louiselobler@gmail.com)

**RESUMO.** Este artigo é a síntese de uma pesquisa, apresentada em 2022 no Programa de Pós – Graduação em Educação - Mestrado Profissional, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. A pesquisa buscou compreender a história de quatro jovens na luta pela terra. A produção de dados utilizou a costura de *arpilleras*, de estudantes do Instituto de Educação Josué de Castro, situado em Viamão, Rio Grande do Sul. Os bordados foram nominados de: Ocupar, Resistir, Produzir e Conquistar. As análises foram motivadas por documentos legais e por teóricos como: Frantz Fanon, Milton Santos, Paulo Freire, dentre outros. O estudo evidenciou que: a) os estudantes não abrem mão de sua própria pedagogia, atualizam as demandas para a garantia de direitos humanos aos sujeitos contemporâneos do campo; b) os jovens produzem conhecimentos a partir de suas realidades concretas; c) as memórias individuais, de lutas, não podem ser entendidas apartadas das Memórias Sociais; d) a Educação do Campo é o lastro para a concretude do assentamento, e o acampamento é o lugar onde a semente da escola é plantada; e) a produção de *arpilleras* como instrumento para as análises se transformou em registros potentes de histórias, revelando o poder transformador da Arte- Educação na perspectiva libertadora.

**Palavras-chave:** arpillera, direitos humanos, educação, educação do campo, mst.

## ***Arpillerando* with high school youth from a rural school - collective embroidery of the struggle for land**

**ABSTRACT.** This article is the synthesis of the research, presented in 2022 at the Postgraduate Program in Education - Professional Masters, at the State University of Rio Grande do Sul. The research sought to understand the story of four young people in the struggle for land. The production of data used the sewing of *arpilleras*, students of the Josué de Castro Institute of Education, located in Viamão, Rio Grande do Sul. The embroideries were named: Occupy, Resist, Produce and Conquer. The analyzes were motivated by legal documents and theorists such as: Frantz Fanon, Milton Santos, Paulo Freire, among others. The study showed that: a) students do not give up their own pedagogy, they update the demands for the guarantee of human rights to contemporary subjects in the field; b) young people produce knowledge based on their concrete realities; c) individual memories of struggles cannot be understood apart from Social Memories; d) Rural Education is the ballast for the concreteness of the settlement, and the encampment is the place where the seed of the school is planted; e) the production of *arpilleras* as a tool for analysis has been transformed into powerful records of stories, revealing the transforming power of Art-Education in the liberating perspective.

**Keywords:** arpillera, human rights, education, rural education, mst.

## ***Arpillerando* con jóvenes de secundaria de una escuela rural - bordado colectivo de la lucha por la tierra**

**RESUMEN.** Este artículo es la síntesis de una investigación, presentada en 2022 en el Programa de Pósgrado en Educación - Maestría Profesional, de la Universidad del Estado de Rio Grande del Sur. La investigación buscó comprender la historia de cuatro jóvenes en la lucha por la tierra. La producción de datos utilizó la costura de *arpilleras*, con estudiantes del Instituto de Educación Josué de Castro, ubicado en Viamão, Rio Grande del Sur. Los bordados llevaban por nombre: Ocupar, Resistir, Producir y Conquistar. Los análisis fueron motivados por documentos jurídicos y teóricos como: Frantz Fanon, Milton Santos, Paulo Freire, entre otros. El estudio demostró que: Los estudiantes no renuncian a su propia pedagogía, actualizan las demandas por la garantía de los derechos humanos a los sujetos contemporáneos en el campo; Los jóvenes producen conocimiento a partir de sus realidades concretas; Las memorias individuales de lucha no pueden entenderse al margen de las Memorias Sociales; La Educación Rural es el lastre para la concreción del asentamiento, y el campamento es el lugar donde se siembra la semilla de la escuela; La producción de *arpilleras* como herramienta de análisis se ha transformado en poderosos registros de relatos, revelando el poder transformador del Arte-Educación en la perspectiva liberadora.

**Palabras clave:** arpillera, derechos humanos, educación, educación rural, mst.

## Introdução

Entendemos que é importante ouvir os jovens do campo, e compreender como esta geração que nasceu em um país redemocratizado entende o seu papel na luta pela terra, bem como, quais são os eventos que têm permitido que reflitam e permaneçam nos Movimentos Sociais que circunscrevem a pertença ao território.

Considerando a conjuntura atual da Educação do Campo, que mostra um encolhimento das iniciativas para ampliação da oferta de escolas em zonas rurais, a pesquisa vai ao encontro daqueles educadores, educandas/os, famílias, e comunidade escolar, que ainda acreditam que a Educação no e para o Campo é fundamental para o desenvolvimento do nosso país.

Conforme dados do Censo Escolar<sup>i</sup> 2020, no Brasil, atualmente, há cerca de 1.300.004 milhões de jovens em idade escolar, estudando no Ensino Regular, em escolas rurais municipais ou estaduais, no Ensino Fundamental nos anos finais, parcial ou integral, e, quando se faz o comparativo com os estudantes do Ensino Médio, há uma enorme diferença, sendo cerca de apenas 336.583 mil jovens matriculados. Essa discrepância entre os estudantes do Ensino Fundamental para o Ensino Médio nos diz muito sobre a realidade das populações do campo, onde há poucas escolas, já que são caras do ponto de vista dos governantes. O fechamento de escolas na zona rural tem sido justificado pelo constante crescimento do êxodo rural, e, conseqüentemente, pela redução de crianças e jovens no campo.

O fato de o lócus deste estudo, o Instituto de Educação Josué de Castro<sup>ii</sup> (IEJC), situado no Rio Grande do Sul (RS), ter 27 anos, por outro lado, pode revelar a constituição de uma “herança cultural escolar” de famílias do campo, algo impossível de se pensar há quatro décadas, quando surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Participaram do estudo, quatro estudantes do Ensino Técnico, todos oriundos de acampamentos ou assentamentos da Reforma Agrária Popular, eles produziram *arpilleras* e narraram suas memórias no campo, nos movimentos, e essas histórias, que também são escolares, é que serviram para as análises.

Feitas as considerações iniciais, para o desenvolvimento dessa pesquisa, utilizamos as ideias de Frantz Fanon (1968), Milton Santos (2002), Paulo Freire (2000), Elisabeth Jelin (para situar a linha argumentativa de questões fundamentais neste estudo, como conceitos de território, de lugar, e da pedagogia da indignação). E, em seguida, alinhados a esses teóricos e ao processo histórico da luta pela terra em meio à constituição dos Movimentos Sociais, em específico, MST.

Já a metodologia desta pesquisa, que a rigor, de natureza aplicada, abordagem qualitativa e como procedimento a ‘Pesquisa-ação’, bem como, refletimos sobre o instrumento-chave para a produção dos dados, o bordado em família de uma *arpillera*, que expresse a luta pela terra do passado e do presente. A introdução dessa técnica da *arpillera* com os participantes se deu a partir da abordagem triangular de Ana Mae Barbosa (1998), do tripé para a Arte- Educação reflexiva: história – apreciação – reprodução.

Juntamente disso, apresentaremos os resultados da pesquisa, os desafios e as descobertas, em que os participantes são nominados de **Ocupar, Resistir, Produzir e Conquistar**, junto e a partir das *arpilleras* que bordaram. Sendo que, alguns temas como: Memória Social, Direitos Humanos, Educação do Campo e Reforma Agrária Popular, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Educação do Campo, Arte-Educação constituíram o pilar para as discussões.

Por fim, as considerações finais, desta pesquisa realizada em época de medos, de COVID - 19, de distanciamento e isolamento social que teve implicações de várias ordens na vida de os envolvidos, pesquisadores, educadores e participantes.

## **O lugar da pesquisa: discussões iniciais**

Como instrumento-chave, foi lançado o desafio da produção jovem/família do campo de uma *arpillera*, que expresse a luta pela terra do passado e do presente. A introdução dessa técnica da *arpillera* com os participantes aconteceu a partir da abordagem triangular de Barbosa (1998), a partir do tripé: história – apreciação – reprodução, que permite situar e analisar uma produção artística criticamente. Para essa pesquisadora freireana, a criticidade deve ser inerente ao fazer artístico, sendo que, “ensinar a gramática visual e sua sintaxe através da arte e tornar as crianças conscientes da produção humana de alta qualidade é um a forma de prepará-las para compreender e avaliar todo o tipo de imagem, conscientizando-as...” (Barbosa, 1998, p. 17).

Para organizarmos a produção de dados nessa pesquisa, mandamos anterior ao Encontro I o kit de produção com os materiais via correios, juntamente com imagens impressas de *arpilleras*. Também se organizou um material para leitura, e imagens de *arpilleras* que foram disponibilizados em uma pasta no Google Drive e enviados via *WhatsApp*, tudo foi compartilhado com os participantes da pesquisa, e também com o coletivo de acompanhamento pedagógico da escola.

Os riscos destes procedimentos foram mínimos por envolver encontro síncrono *online* e conversas por aplicativo, considerando a pandemia do COVID - 19. Durante todo o processo houve o cuidado para que não houvesse nenhum constrangimento, vergonha ou cansaço, dos participantes. Para isso, houve várias conversas individuais, e todo o conteúdo foi disponibilizado de forma *online*, caso algum participante queira acessar de forma assíncrona.

Cabe aqui também dizer, que os benefícios e vantagens deste estudo foram diretos e indiretos para os participantes. Diretamente, porque proporcionou um conhecimento de suas próprias histórias de luta pela terra, e para o Instituto de Educação Josué de Castro, local que se realizou a pesquisa, mostrou-se benéfico, pois foi uma nova forma de expressão, e de engajamento nas lutas políticas sociais através da arte costurada pelos participantes da pesquisa.

A escola é além dela mesma, trata-se de uma educação para além de muros, de cercas, de currículos pré-estabelecidos. Um dos exemplos de um novo jeito de ser escola, historicamente para o MST, que atualmente é visto como um espaço de formação a nível nacional é o Instituto de Educação Josué de Castro - IEJC, “criado em 1995 e teve sua primeira estrutura formal legalizada pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul em 1997 (Kolling, et al., 2014, p. 20)”. Atualmente, se encontra no Assentamento Filhos de Sepé, na cidade de Viamão, no estado do Rio Grande do Sul.

Vejam que entender o que é território, significa compreender a correlação de forças de um determinado lugar, e, considerando as diversas disputas por terra que ainda se fazem presentes, essa discussão é basilar. Santos (2002) considera que nos territórios há uma formação social, um conjunto de possibilidades, seja em algum lugar, espaço, país ou região do mundo. E que ao nos propormos esse estudo, também escolhemos qual escala iremos investigar, ou seja, qual é o recorte da pesquisa.

A compreensão de que a escola deve ser um espaço para possibilitar com que os sujeitos que estão nesse meio de troca de vivências, experiências e também no processo de ensino – aprendizagem, seja um lugar que construa a criticidade no olhar o mundo. Desse modo, aqui queremos referenciar a Paulo Freire, que contribui diretamente para compreendermos essa relação entre escola e sujeito de forma crítica, concreta, indignada e de mudança.

Tendo em conta, que “a educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática, é naturalmente política” (Freire, 2000, p. 40). Sendo um ato constante de ensinar e aprender, de aprender ensinando. Considerando que, portanto, a educação se faz na prática, e

a teoria nos auxilia na compreensão dessa prática, para que possamos avaliá-la, refleti-la e colocá-la em prática novamente.

A leitura que nós temos sobre o mundo é parte fundamental em nossas vidas, pois é a partir de quais lentes usamos que nossas interpretações e ações vão de encontro. Por isso, a importância de nos colocarmos na realidade concretada das relações da sociedade, nas relações entre sujeito e o meio, para que, dessa forma sejamos capazes de agir sobre a realidade, de forma consciente. Freire (2000) coloca que a leitura do mundo é um exercício constante. Compartimos da compreensão que a educação é dialética, ou seja, é a inserção no mundo e não uma adaptação a ele, é também, uma relação intrínseca entre mundo e consciência, onde faz com que os sujeitos se constituem em seres éticos e históricos, capazes de fazerem suas escolhas, terem suas decisões e realizar rompimentos, para que esses mesmos sujeitos provoquem a mudança.

O MST, um dos Movimentos de maior abrangência nacional e internacional de luta pela terra, possui características singulares em sua totalidade, historicamente podemos dizer que foram nos anos de “1979 a 1984 aconteceu o processo da gestação do MST” (Fernandes, 2000, p.50), período no qual aconteceram diversas reuniões, experiências de mobilização social e até ocupações de terra, que foram contribuindo para o seu surgimento como um movimento nacional “em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu primeiro encontro nacional, realizado nos dias 21 e 24 de Janeiro” (Idem, p. 50).

Já no Rio Grande do Sul, sabemos que “o movimento começou a ser formado no centro-sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da Gleba Macali, em Ronda Alta” (Fernandes, 2000, p. 50). Essa ocupação é um marco histórico importante na história do MST, rememorado até os dias atuais, como uma das principais ocupações feitas no estado. Fernandes nos explica a grandiosidade do evento, quando cita que:

no dia 29 de Outubro, 1500 famílias, em torno de 6500 pessoas, de 33 municípios ocuparam A Fazenda Annoni, de 9500 hectares de, no Município de Sarandi. A brigada militar estava em estado de alerta, porque havia rumores de que aconteceria a uma grande ocupação. Todavia, essa ocupação foi tão bem organizada que conseguiu o bom êxito, de modo que efetivaram ocupação sem maiores problemas. Essa luta se desdobraria até a primeira metade da década de 1990, na criação de novas formas de resistência que levariam à conquista da Anoni e de outras áreas. (Fernandes, 2000, p. 63).

Desse modo, essa luta que se desdobra até atualidade no MST, as diferentes formas de resistência que o autor cita que levaram a conquistas de diversas áreas de terra, as quais foram divididas entre os integrantes e que se estabeleceram em assentamentos, em territórios para construção de um novo jeito de educar e produzir alimentos.

Faz-se importante compreendermos que a Educação do Campo não existe desde a constituição das escolas no país, muito pelo contrário, somente em 2008 o Ministério da Educação (MEC), estabelece diretrizes complementares, princípios e normas para o desenvolvimento da Educação do Campo em território brasileiro, através da Resolução Nº 2, de 28 de abril, que traz em sua compreensão que a Educação do Campo engloba a diversidade de ideias de povos e costumes, onde cada um possui suas dinâmicas e culturas próprias de vida e de relação com o meio ambiente, e também com a educação. Mas, mesmo com essa Resolução, com as normas e diretrizes publicadas pelas leis dos homens, para que a Educação do Campo, existir e resistir, ainda são verbos necessários juntamente com o engajamento das populações do campo.

E somente em 2010, que enfim, se publica o Decreto nº 7.352, o qual fala sobre uma Política para a Educação do Campo e para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). O qual coloca que as escolas do campo podem estar situadas em perímetro urbano, desde que atendem em sua maioria a população do campo, por exemplo. E estabelece os princípios para a Educação do Campo, desde o “respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia”, bem como, considera a “formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo” de acordo com o clima, estação do ano, períodos de plantio e colheita”.

Portanto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) realizava a gestão do PRONERA através de uma Comissão Pedagógica Nacional, que tinha por objetivo coordenar, avaliar, definir procedimentos, acompanhar as execuções, emitir pareceres técnicos. Porém, esta Comissão foi extinta pelo atual presidente do Brasil, no início de seu mandato, em 2019. Apontando assim um enorme retrocesso para as políticas públicas que as lutas dos povos do campo haviam conquistado com o passar dos anos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, por sua vez, nos coloca algumas questões importantes a serem refletidas, quando se trata de Educação do Campo. O qual tem por objetivos, por exemplo: “II - universalização do atendimento escolar; III -



superação das desigualdades educacionais...; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (Brasil, 2014); dentre outros.

Em contraponto aos dados citados anteriormente, ainda há uma enorme evasão escolar dos jovens do campo, como nos mostra o Censo Escolar da Educação Básica que “no ano de 2020, foram registradas 47,3 milhões de matrículas nas 179,5 mil escolas de educação básica no Brasil, cerca de 579 mil matrículas a menos em comparação com o ano de 2019” (Brasil, 2020). Principalmente quando chegam ao Ensino Médio e esta é uma dura realidade, onde muitas vezes a dificuldade de acesso à educação se torna uma cerca impossível de ser arrancada, impossibilitando que este jovem continue seus estudos, propiciando-lhe um futuro em condições melhores de vida.

Já na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), em sua última versão elaborada em 2017, nota-se curiosamente que o termo “Educação do Campo” é citado apenas uma vez, quando se refere a elaboração dos currículos, que ao desenvolvê-los precisam ser consideradas as diferentes modalidades de ensino, dentre elas, está a Educação do Campo.

Enfim, acenamos que é a inserção da juventude no mundo do trabalho, através do Ensino Técnico oferecido concomitante com o Ensino Médio, mas que possibilite uma formação diferenciada aos jovens do campo, para que esses contribuam em um futuro próximo com o coletivo que fazem parte, mas também individualmente com/para suas famílias.

### **Metodologia: ‘Pesquisa-Ação’**

A metodologia escolhida para esta pesquisa compromete-se com os objetivos propostos desde a sua organização. Cada etapa do estudo, de natureza aplicada e abordagem qualitativa, em meio à prática procedimental: ‘pesquisa-ação’, que busca compreender “dinamicamente os problemas e, decisões e ações, negociações e, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação” (Thiollent, 1986, p. 19), foi pensada tendo como foco os participantes. Visto que, são jovens provenientes de famílias com histórias únicas, que tiveram a terra como elemento vital em suas lutas.

Nesse sentido, fazer pesquisa-ação é comungar dos anseios de um determinado grupo de participantes, propondo modos ou instrumentos de produção e de reflexão que sejam condizentes, e possibilitem a colaboração investigativa, “é preciso que a ação seja uma ação

não trivial, o que quer dizer uma ação problemática merece investigação para ser elaborada e conduzida” (Thiollent, 1986, p. 15). Acreditamos que a intervenção proposta poderá provocar reflexões acerca do Direito Humano a terra, nesse sentido vale destacar que,

nenhum tratado tem reconhecido o direito à terra como uma questão central de direitos humanos. Entre os nove principais tratados internacionais de direitos humanos, o direito à terra é apenas superficialmente mencionado uma única vez, no contexto dos direitos das mulheres em zonas rurais<sup>iii</sup>. (Gilbert, 2013, p. 123).

Portanto, a ‘pesquisa-ação’ enquanto empreendimento empírico, compromete-se com intervenções responsáveis em atendimento ao coletivo no qual se insere, respeitando suas histórias, inteirando-se de seus problemas e, principalmente, fortalecendo sonhos para que se tornem realidade.

O instrumento-chave para a análise dos dados foi a produção de *arpilleras*, feitas em muitas mãos, pelos jovens participantes da pesquisa e seus familiares. Nesse sentido, ao escolhermos esse meio artístico-reflexivo estaremos lançando mão da prática da abordagem triangular, enquanto técnica de pesquisa, pois ela permite, conforme Barbosa (1998, p. 33), “três ações mentalmente e sensorialmente básicas, quais sejam: criação (fazer artístico), leitura da obra de Arte e contextualização”. Desse modo, “no cerne, em *essência*, a Abordagem Triangular é uma postura epistemológica do sujeito, dos sujeitos, face ao processo de construção de conhecimento” (Rizzi & Silva, 2017, p. 222).

Vejamos o quadro a seguir, com os instrumentos utilizados para cada etapa da pesquisa e os respectivos objetivos:

Quadro 1 – Instrumentos de produção nessa pesquisa – ação.

Instrumentos	Objetivo Específico
- Conversas informais com os coordenadores pedagógicos e professores da escola;	a) Mapear a origem e parentesco dos jovens do campo que se encontram no lócus pesquisa e o movimento ao qual estão associados;
- Encontro I- <i>On-line</i> (via Zoom) para socialização do movimento artístico das “ <i>Arpilleras Chilenas</i> ”, e convite para os jovens participarem da pesquisa. Juntamente com o encaminhamento do trabalho de confecção de uma <i>arpillera</i> (que traduza as lutas do passado e do presente); Encontro II- <i>On-line</i> (via Zoom) 15 dias após o Encontro I para socialização na turma das <i>arpilleras</i> ; Momento em que será feita a vídeo gravação para transcrição e análise.	c) Compreender a motivação pessoal/familiar para a continuidade nos estudos; d) Verificar, nestes “tempos de paz” no campo, quais os ‘querer-ser-fazer’ dos jovens do campo.

<p>- Organização do livro digital, a partir da experiência de produção de dados através das <i>arpilleras</i>, para essa pesquisa, baseando-se no tripé (história- produção-reprodução) da abordagem triangular de Ana Mae Barbosa (1998).</p>	<p>e) Produzir material pedagógico que valorize a memória e a experiência das lutas pela terra, para além das salas de aula;</p>
--	--

Fonte: elaboração das autoras, 2022.

## Conhecendo um pouco sobre as *arpilleras* deste estudo

Em meios a conflitos políticos e econômicos, o Chile, em meados de 1970, encarou uma de suas feridas, a ditadura militar, que deixou cicatrizes entreabertas, pois há um passivo histórico de mulheres e homens condenados por lutarem pela democracia. As *arpilleras* surgem naquele contexto, de luta, de indignação, pelas mãos das mulheres bordadeiras silenciadas pela ditadura. A conhecida, internacionalmente, curadora de umas das mais importantes exposições de *arpilleras*, Roberta Bacic, nos conta um pouco a origem dessa técnica, quando cita que:

com raízes na tradição popular, as *arpilleras* nasceram no Chile e puderam, na recriação da sua realidade cotidiana, mostrar a muitos o que se passava naquele país, a partir da instauração da ditadura militar, em 1973. Nasceram das mãos de mulheres presas, de mulheres sem maridos, de mulheres que tiveram seus filhos assassinados. Com linhas e pedaços de pano denunciaram, clamaram por socorro e garantiram algum sustento para os seus que restaram. (Bacic, 2011, p. 03).

Diante disso, podemos considerar as *arpilleras* como uma insurgência em forma de Arte, carregada de representações e sentimentos expressados nos tecidos e fios bordados pelas mãos daquelas mulheres que expressaram sua indignação através do que tinham, o artesanato. Para Bacic,

Graças às *arpilleras*, muitas mulheres chilenas puderam denunciar e enfrentar a ditadura desde fins de 1973. As *arpilleras* mostravam o que realmente estava acontecendo nas suas vidas, constituindo expressões da tenacidade e da força com que elas levavam adiante a luta pela verdade e pela justiça. Além disso, cada uma destas obras pôde quebrar o código de silêncio imposto pela situação então vivida no país. Hoje, são testemunho vivo e presente, e uma contribuição à memória histórica do Chile. (Bacic, 2011, p. 05).

A partir disso, desse exemplo das mulheres chilenas, é que no Brasil encontramos essa experiência de construir testemunhos e documentos políticos usando linhas e agulhas, cita-se o trabalho realizado pelas mulheres atingidas por barragens do MAB, as quais produziram em 2015 uma exposição do acervo “*Arpilleras: bordando a resistência*”. As peças foram expostas

no Memorial da América Latina, em São Paulo, capital, e também em diversas cidades Brasil afora.

Compreendemos que a origem dessa técnica teve como sujeito principal as mulheres, mas aqui nos desafiamos a provocar os jovens participantes, adolescentes do Ensino Médio, a manifestarem-se com engajamento nas lutas pela Reforma Agrária Popular tanto do presente quanto do passado, desse modo o participante se constituirá num pesquisador de suas histórias familiares.

## Resultados e discussões

Contextualizada a ‘Pesquisa-ação’ que nos propusemos a pensar, entendemos que ao perseguir os objetivos específicos estaremos respondendo ao objetivo geral ou primário, deste estudo: compreender as histórias e as relações desses jovens Sem Terra em suas vidas no campo, na luta e na escola, para a permanência deles na luta pela terra.

Cabe-nos ressaltar, que o IEJC é um espaço de formação e educação nacional do MST. Sua organização de conteúdos e regimento cumpre com as normas estabelecidas pelo MEC, bem como com as diretrizes da Educação do Campo e as normas e diretrizes para os cursos de Ensino Médio e Técnico da instituição.

Todos os estudantes do IEJC estudam em regime de alternância, isso possibilita as atividades de estudo e prática, sendo divididas em tempo escola e tempo comunidade. Sendo as atividades de tempo comunidade aquelas nos “acampamentos e assentamentos e organizações associativas nos estados de origem de cada educando e também em atividades específicas de inserção na organicidade do MST, durante o Tempo Comunidade” (IEJC, PPP, 2019, p. 2).

A pesquisa aqui proposta foi realizada com os participantes da 17ª turma de Ensino Médio com Ensino Técnico concomitante, estão atualmente na metade do curso, foram jovens de diferentes estados, dentre eles estão: Paraná, Minas Gerais e Pará. Vale dizer, que esta proposta metodológica da pesquisa foi compartilhada com a direção da escola e com o coletivo de educadores do acompanhamento pedagógico, com vistas a não romper com o estatuto da coletividade, fundante do IEJC, dos MST. E assim, fomos juntando os fios das diferentes cores tecidas em diferentes regiões desse Brasil, nominamos como **Conquistar, Ocupar, Resistir e Produzir**, os participantes desse estudo, nomes que se fundem com as

*arpilleras* tecidas e aos relatos orais gravados e enviados pelo *WhatsApp* para apresentação explicativa dos bordados.

Em vista dessas costuras, nossas reflexões perpassam por temas como a Memória Social, Direitos Humanos, Educação do Campo e Reforma Agrária Popular, perspectivas entrelaçadas com respectivamente às contribuições de Elisabeth Jelin sobre Memória Social, ao Programa Nacional de Direitos Humanos – 3, e a elaborações do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra sobre Educação do Campo e Reforma Agrária Popular.

As diversas memórias bordadas nas *arpilleras* produzidas para esse estudo, trazem consigo distintas histórias, de muitos lugares e narrativas singulares, cada uma em seu tempo e seu espaço, que nos permite “...entender las memorias como procesos subjetivos, anclados en experiencias y en marcas simbólicas y materiales” (Jelin, 2002, p. 2). Dito isso, as memórias costuradas durante a produção de dados dessa pesquisa, serão compreendidas como Memórias Sociais, que segundo Jelin, é a memória que:

*... Las vivencias individuales no se transforman en experiencias con sentido sin la presencia de discursos culturales, y éstos son siempre colectivos. A su vez, la experiencia y la memoria individuales no existen en sí, sino que se manifiestan y se tornan colectivas en el acto de compartir. O sea, la experiencia individual construye comunidad en el acto narrativo compartido, en el narrar y el escuchar. (Jelin, 2002, p. 37).*

Diante disso, podemos dizer que a experiência individual narrada através das *arpilleras*, são, como diz a citação acima, um ato narrativo compartilhado, com discursos culturais, com palavras e comunidades coletivas, tornando-se assim, Memórias Sociais, capazes de amarrar a linha solta da memória individual no tecido coletivo da comunidade para contar suas memórias de conquistas na luta pela terra. Nesse estudo, todas as histórias narradas são construções individuais de vivências em coletivo, sejam em escolas, nas famílias, nos acampamentos, nos assentamentos ou no MST.

Nesse caso, podemos destacar que todos os participantes da pesquisa: **Conquistar, Produzir, Ocupar e Resistir**, são jovens com a média de 25 anos de idade, e possuem, portanto, uma memória recente dos fatos, cheias de vida na luta pela conquista de um pedaço de terra e no atravessamento escolar dos momentos de ocupação, resistência, conquista e produção.

Portanto, todas as narrativas das histórias das *arpilleras* produzidas por elas/es são suas Memórias Sociais, forjadas individualmente e coletivamente na luta pela terra no MST. A

seguir, destaca-se um trechos das narrativas de **Conquistar**, que simboliza essa memória de como a luta pela terra começou em sua vida.

*...quando criança aos 6 meses de vida, eu fui com minha mãe, minha família, pro Assentamento Palmares, é...em 95, 96...é...e...moramos por lá por toda minha infância, sempre fui e convivi nas atividades do Movimento, sempre fui nas ocupações, nas ocupações do Incra, da ferrovia, é...sempre tenho memórias, tenho né, de estar sempre acompanhando minha mãe no processo de luta, não só da conquista da terra, mas da conquista é...de outras demandas que o próprio assentamento demandava. (Excerto da degravação de Conquistar, 2021).*

Imagem 1 - Excerto da Arpillera Conquistar: As lutas.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2021.

Desse modo, precisamos compreender que as Memórias Sociais narradas no presente são construídas com os “olhos” no passado. Nesse caso das *arpilleras*, podemos dizer que foram costuradas com as linhas do presente com tecidos e imagens do passado.

As costuras entrelaçadas nas Memórias Sociais dos participantes da pesquisa produziram fortes relatos de violações dos Direitos Humanos. Três das quatro *arpilleras* aqui analisadas trouxeram denúncias de violações que vivenciaram durante suas vidas no processo de luta pela terra, em meio à necessidade de estudar.

De início, acenamos para o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH- 3), criado através do Decreto nº. 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que institui ao Estado brasileiro a garantia a não violação dos Direitos Humanos, o reconhecimento à dignidade social de todas

e todos deste país. Cabendo dizer, a partir das análises, que muitos dos eventos narrados nas *arpilleras* como memórias pessoais, individuais, sobre violações de direitos, foram sofridas coletivamente, o que revela a maleabilidade da memória individual para a memória coletiva.

Sabemos, que historicamente nos países do Sul, a violação dos Direitos Humanos é constante e avassaladora, em nome do desenvolvimento, que não pede permissão para avançar, que, muitas vezes, os sistemas políticos e jurídicos não respeitam a vida humana, não permitem a dignidade. Nesse sentido, um trecho que nos chamou atenção foi da *arpillera* de **Produzir**, o qual diz o seguinte:

*...minha mãe teve a terra... ela teve a sua parcela de terra também, por direito, então, as memórias que eu tenho é que a gente morava na roça... isso aqui é uma casinha, que lembra isso, nossa casinha que a gente morava, eu, ela e meus irmãos, e ela sempre vivendo nesse papel de pai e mãe, tipo, minha irmã teve um pai que faleceu na luta pela terra, também, foi [numa] emboscada, que os fazendeiros fizeram...(Excerto da gravação de Produzir, 2021).*

Com as palavras emaranhadas em sentimentos de que a violação (infelizmente) faz parte do dia – a – dia, da história das pessoas que lutam por um pedaço de terra para viverem, **Produzir** trouxe esse relato potente de que mesmo em “tempos de paz”, há emboscadas e assassinatos contra àqueles que lutam por um pedaço de terra, por escolas para seus filhos e por uma sociedade justa.

Outro relato importante sobre a violação dos Direitos Humanos, foi narrado por **Resistir**, conforme segue:

*...e veio a pandemia, que deu uma travada na vida de todo mundo, né? E ... não tivemos mais negociação, não tivemos mais ... luta, tivemos aquele momento de congelamento, pelo menos aqui na nossa área, porque a gente sabe que tivemos uma experiência, como por exemplo, aqui no sul do Minas um acampamento que sofreu uma reintegração de posse no meio da pandemia, né, em agosto de 2020. (Excerto da gravação de Resistir, 2021).*

Como contou **Resistir**, em plena pandemia do COVID - 19, houveram despejos, reintegrações de posse e o medo de sofrer um despejo como ocorreu em outro acampamento é diário na vida dessas pessoas. Esse evento, violou a diretriz 7 do PNDH – 3, que diz que se deve ter a “Garantia dos Direitos Humanos de forma universal, indivisível e interdependente, assegurando a cidadania plena (PNDH – 3, 2009, p. 53)” para todas e todos.

Nesse sentido, no PNDH – 3 há outro importante tópico, na diretriz 6, que instituiu a demanda estatal de “promover e proteger os direitos ambientais como Direitos Humanos, incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos (PNDH – 3, 2009, p. 48)”. Das quatro

*arpilleras* produzidas nessa pesquisa, esse tema de violação dos direitos ambientais, apareceu em duas, ambas se referindo à mineração, nas regiões do Pará e Minas Gerais.

Sobre essa violação, **Resistir** narrou o seguinte, que se refere à região de Minas Gerais:

*Em 2018, tivemos esse ano de luta, de muita coisa pra ser construída, Enfim, no começo de 2019, dia 25 de janeiro, aconteceu o crime da Vale em Brumadinho, que é uma cidade do lado, e aí deixou todo mundo muito assustado ... muita coisa, a gente não entendia naquele momento o que tava acontecendo. Depois a gente veio entender que, que foi crime, da mineração, do modelo de mineração, né, da Vale, que é uma coisa assustadora, que matou muita gente, e que matou também nosso rio, né, o Rio Paraopeba. No começo a gente usava [o rio] pra lavar vasilha, pra tomar banho, pra se divertir, pra pescar, pra se cuidar. Enfim, a gente usava, tinha o rio como forma de sobrevivência e aí, no crime da Vale, nosso rio foi morto, né, isso em 2019. (Excerto da degravação de Resistir, 2021).*

Imagem 2 - Excerto da arpillera de Resistir: O crime da VALE.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2021.

A relação dos povos do campo com o meio ambiente, com a natureza e com os rios é algo intrínseco, se encontra na essência da vida camponesa, esse cuidado com a terra, com os animais e com o rio. O meio ambiente é a extensão da família camponesa, que depende diretamente de uma natureza saudável para produzir comida e sustentar sua família.

Esse problema da mineração desenfreada em nosso país é uma questão de política social, vai além da violação dos Direitos Humanos e perpassa pela compreensão de que o Brasil continua sendo uma colônia de exploração das riquezas, como nos mostraram as histórias das *arpilleras*, em que vimos a mineração sendo um tema abordado, há uma necessidade urgente do Estado garantir uma vida digna e saudável para as pessoas, é ele o responsável pela promoção da preservação do meio ambiente, e a mineração é um problema social, econômico, e de projeto no Brasil atual. Onde “abre-se um novo período e esse sujeito



coletivo de luta contra o modelo mineral precisa se movimentar, agitando-se rente à barbárie e à danação do capital mineral ...” (Alves & Trocate, 2020, p. 39).

Todas as *arpilleras* produzidas para essa pesquisa trouxeram de alguma forma também a questão da Educação. Sempre de forma sensível, os estudantes teceram lembranças de como foram suas vidas escolares no Ensino Fundamental. Um participante relatou o processo da construção da escola no acampamento em que vive, vivência marcada com ênfase e explicada em detalhes de quem esteve lá. Mais a diante, refletiremos a partir de alguns trechos dessas narrativas sobre a escola do campo. Antes disso, retomamos o conceito sobre Educação do Campo, o qual é fundamental ser compreendido em sua totalidade, segundo Medeiros e Vieiro:

A Educação do Campo não se constitui apenas enquanto uma visão pedagógica do processo de ensino aprendizagem. Não tem como pensarmos a Educação do Campo sem refletirmos de maneira teórica-política-ideológica acerca de que campo queremos. O território do agronegócio-latifundiário, não é o campo da Educação do Campo. O campo da Educação do Campo é onde estão territorializados: os movimentos socioterritoriais camponeses, a Reforma Agrária, a agroecologia, a Soberania Alimentar, os agroecossistemas complexos, a cultura camponesa, etc. (Medeiros & Vieiro, 2018, p. 83).

Em vista disso, podemos dizer que o MST tem construído ao longo de suas lutas uma Educação do Campo totalizante, a qual entende as questões territoriais como inerentes às propostas pedagógicas para as escolas do campo. Lembremos, ainda, que o Movimento compreende que “o acesso à educação pelos trabalhadores é uma das condições básicas da construção do projeto de Reforma Agrária Popular” (MST, p. 45, 2013).

Ainda sobre isso, Caldart conta como surgiu no MST, aponta para a relação intrínseca entre: acampamento- escola- assentamento, quando diz que “as famílias sem-terra *mobilizaram-se* (e mobilizam-se) *pelo direito à escola* e pela possibilidade de uma escola que fizesse a diferença ou tivesse realmente sentido em sua vida presente e futura (preocupação com os filhos) (Caldart, 2004, p. 224)”.

Considerando isso, historicamente, quando há ocupações de terras, a instalação dos acampamentos dos Sem Terra, uma das primeiras coisas a serem feitas é a escola, para que as famílias possam se reunir, permanecer acampadas, garantindo a educação para todas as crianças e jovens. **Resistir**, em sua *arpillera*, retrata essa dor da separação pela ausência de escola no acampamento, no seguinte trecho:

*Eu e meus irmãos não conseguimos vir no primeiro momento também, junto com a minha mãe, porque, na época, não tinha escola, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada né, tava tudo pra ser construído ... e não era uma opção pra gente parar de estudar. (Excerto da gravação de Resistir, 2021).*

Como a falta de escola, impede a união familiar, o Movimento foi criando soluções coletivas entre as acampadas/os – assentadas/os, para que as suas filhas e filhos pudessem estar na luta coletiva de um Movimento Social. Nesse sentido,

**Resistir**, narrou que:

*a gente veio pra cá em dezembro de 2017, e, em 2018 já começou a funcionar a escola Elizabeth Teixeira, que é dentro do acampamento, que na época [foi] construída de madeirite, teve muita luta pra conseguir a liberação da escola, e ela começou a funcionar em 2018. (Excerto da gravação de Resistir, 2021).*

*No acampamento as coisas continuaram andando e no final de 2019 a gente conseguiu construir a nossa escola toda de alvenaria, com ajuda de alguns parceiros, mas a maior parte feita pela comunidade, né, inclusive recurso pro material, mão de obra toda pela comunidade... (Excerto da gravação de Resistir, 2021).*

Como podemos ver, essa é uma história recente, que com a ajuda do coletivo das pessoas acampadas, de parceiros do Movimento, conseguiram aos poucos concretizar a tão sonhada escola, relatada por **Resistir**, com a voz cheia de alegria, já que significou também a reunião com a mãe, já que ela e os irmãos puderam ir morar no acampamento. Vale retomar aqui, que “a marcha dos sem-teto, dos sem-escola, dos sem-hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível (Freire, 2000, p. 29).

**Resistir**, concluiu sua narrativa da seguinte forma:

*Em 2019 ... a escola passou a não atender, a escola do acampamento Elizabeth Teixeira, passou a não atender mais o Ensino Médio, e eu não tive mais lugar assim, pra estudar, perto de casa, enfim, ... a escola mais perto que tinha, era muito longe, tinha que acordar 3h, 3h30min da manhã, pra conseguir me arrumar e caminha bastante pra conseguir pegar o ônibus, e ir pra escola era muito difícil. E aí, nesse momento, a coordenação, a minha mãe, a minha família né ...) eu fui indicada pro TAC ... A minha família me apoio muito, e eu [vim] estudar no Rio Grande do Sul, no IEJC. (Excerto da gravação de Resistir, 2021).*

A partir dessa narrativa, é possível perceber a dificuldade que continua existindo para os povos do campo terem garantido o acesso à escola, ainda, nos dias atuais. Com muita luta e trabalho dos camponeses para construírem uma escola no acampamento, depois de anos, essa escola passou, novamente, a oferecer apenas o Ensino Fundamental, excluindo Resistir e todos os demais com idade para avançar nos estudos.

**Conquistar** também narrou, com alegria em sua voz, a chegada ao IEJC: *hoje, também trago na arpillera a escola Josué de Castro, que também marcou muito minha vida e é onde eu me encontro hoje estudando.* (Excerto da gravação de Conquistar).

Já **Produzir**, socializou em duas passagens a dificuldade de estudar, em vista da distância de sua casa até a escola, momento em que também refletiu sobre a escolha do nome da escola do assentamento, como segue:

*Então, a gente tinha na época um ônibus que pegava a gente pra levar pra escola, então, à 60 km a gente ficava do assentamento, né; ... aqui é a escola né, o nome da nossa escola Crescendo na Prática, que foi o nome que os assentados deu...* (Excertos da gravação de Produzir, 2021).

Imagem 3 - Excerto da arpillera de Produzir: a escola.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2021.

A partir dessa narrativa, vale retomar, que “as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não logram nunca mascarar as realidades econômicas” (Fanon, 1968, p. 29). Além disso, o fato de os assentados escolherem para o nome da escola, um nome que os representa a luta pela terra, diferentemente, de várias escolas do Brasil, merece destaque. Uma escola nominada a partir das práticas sociais no campo, traduz aquilo que Caldart reflete enquanto o propósito de educação no MST:

As vivências educativas de que aqui se trata não são necessariamente as ações realizadas pelo MST com uma intencionalidade pedagógica e cultural. São aquelas ações próprias da materialidade da atuação do Movimento, em uma relação direta com os momentos de sua história de luta. É dessa materialidade que se gesta o seu sentido sociocultural e educativo mais profundo, e que dizem respeito aos aprendizados que já integram o *modo de ser Sem*

*Terra* e aos poucos se transformam em uma cultura que carrega em si alguns *pressentimentos de futuro*. E isso nem tanto por inventar práticas ou criar novos ideais libertários, mas muito mais por recuperar certos *tesouros do passado*, especialmente algumas *matrizes de rebeldia popular organizada* que possibilitam devolver ao povo sua condição de sujeito da história. (Caldart, 2004, p. 164-165).

A partir disso, podemos afirmar, que no MST a educação é mais que escolarização, a Educação do Campo (para e com o povo do campo) é a “semente” para que a indignação contra as injustiças e a coragem para transformar a realidade “brotem” na realidade de cada sujeito Sem Terra.

Vale acenar para a dimensão da conquista coletiva como propulsora para que a luta continue. As conquistas, sem exceções, são sinônimos de esperança. Esperançar é fundamental na luta tão árdua, com tantas violações de direitos e com tantas formas de dominação, exploração, preconceitos e discriminações aos povos do campo, nesse caso, os Sem Terra.

### **Considerações finais**

Ao final de cada bordado, amarram-se os nós, mas isso não significa que a *arpillera* ficou pronta, pelo contrário, significa que uma parte foi costurada, e que outra nova parte pode ser iniciada, assim, possamos começar novos bordados que tecem histórias de lutas, ocupações, resistências, produções, conquistas e esperanças.

Essa pesquisa possibilitou compreendermos que: a) os estudantes Sem Terra, seus familiares, não abrem mão de sua própria pedagogia, entendem a luta dos percussores do MST e atualizam as demandas que tensionam para a garantia de direitos humanos aos sujeitos contemporâneos do campo, os quais sofrem golpes de toda ordem, tanto pelo setor privado quanto pelo setor público, por governantes, descomprometidos com a vida digna a todas (os); b) os jovens camponeses produzem conhecimentos tendo como referência suas realidades concretas, mesmo que tendo períodos de afastamento do campo, em vista da estada em regime de alternância no Instituto de Educação Josué de Castro; c) as memórias individuais, de lutas, não podem ser entendidas apartadas das Memórias Sociais, desse modo, estar no IEJC possibilita um “estar longe” sem se afastar dos coletivos de luta, o que mantém o Movimento em movimento; d) a Educação do Campo é lastro para a concretude do assentamento, e o acampamento é o lugar onde a semente da escola é plantada, regada, sonhada, projetada; e) a

produção de *arpilleras* como instrumento para as análises se transformou em registros potentes das histórias familiares no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do coletivo, revelando o poder transformador da Arte- Educação na perspectiva libertadora.

Ao mesmo tempo, o estudo nos colocou o desafio de realizar a pesquisa à distância, devido ao COVID - 19, sendo que os encontros presenciais não foram possíveis, partes do início do planejamento tiveram que ser alteradas, depois de conhecermos as realidades dos jovens participantes, como por exemplo, a dificuldade de acesso à Internet, que impossibilitou os encontros *online* síncronos, optamos por usar o aplicativo de WhatsApp para nos comunicarmos.

Também, no decorrer da pesquisa, observamos outros entraves, de questões sociais, como o acesso à energia elétrica nas áreas de acampamento e a dificuldade de terem acesso ao kit de materiais enviado, via correios, já que as entregas nem sempre chegam aos acampamentos, aos assentamentos. Nesse sentido, mesmo que não tenha sido relatado por **Resistir** durante sua história da confecção da *arpillera*, vale registrar que durante essa pesquisa, o acampamento Pátria Livre de Minas Gerais, onde ela vive, foi tomado pelas chuvas, a água destruiu muitas casas e barracos, inclusive afetou a escola, a qual ela narrou com tanta alegria enquanto conquista coletiva do acampamento.

Em meio a essa pesquisa foram produzidos quatro produtos educacionais, o primeiro foi o artigo intitulado “Depois da chuva que se planta: educação do campo, ensino médio técnico e de direito”<sup>iv</sup>, publicado na Revista: Perspectivas em Diálogo; o segundo e terceiro, foram duas oficinas, uma para socializar a história e o modo de produção de *arpilleras* com as acadêmicas do 4º semestre, do curso de Licenciatura em Pedagogia da Uergs, na disciplina de Arte- Educação na Educação Infantil, e, a outra foi uma participação em um evento do Pibid da Uergs, numa parceria entre os campus de Osório e São Francisco de Paula, no projeto “Letras em conto alfabetizar encantando”, que teve a abordagem sobre as cartas pedagógicas freirianas. A partir dessa experiência e da emoção que tomou conta dos participantes da pesquisa, incluindo educadoras e educadores do Instituto de Educação Josué de Castro, o produto educacional final é um livro digital<sup>v</sup>, disponibilizado gratuitamente no *site* PPGED-MP/ Uergs, intitulado: “Conquistar, Ocupar, Resistir e Produzir: Memórias da Educação do Campo em fios e cores - *Arpilleras – arte e política*”. Esse livro, tem como objetivo organizar a experiência de produzir os dados dessa pesquisa através das *arpilleras*, socializando esse exercício de forma didática (com imagens, lista de materiais de apoio) para que as/os

educadores possam trabalhar em suas escolas. Contudo, na defesa de uma dinâmica para a produção de *arpilleras* que não abra mão da criticidade e que permita a reflexão da realidade, mantendo a essência aqui trazida e muito bem argumentada por Ana Mae Barbosa, a partir de ensinamentos freireanos.

O emaranhado de linhas, cores, agulhas, tecidos pelos participantes: **Ocupar, Resistir, Conquistar e Produzir** sustentam e dão corpo para uma Educação do Campo aos moldes ‘Sem Terra’. Suas *arpilleras* registraram, com bordados, fios e retalhos, saberes específicos, sensíveis, de sujeitos que sabem usar a foice tanto na roça quanto de estandarte da luta camponesa. Esses jovens participantes, neste estudo, chegaram ao Ensino Médio Técnico dando concretude a conquistas passadas, pois como já nos dizia Josué de Castro, em outros termos, precisamos aprender que nenhuma pesquisa será feita se os sujeitos da mesma estão sentindo fome.

É necessário reafirmar, é preciso indignar-se! Acredita-se, que a Educação cumpre um papel fundamental nesse processo de conquista coletiva de consciência que se faz em moldes de liberdade.

Por fim, conceitos importantes surgiram durante as produções de dados através das *arpilleras*, como: Memória Social, Direitos Humanos, Educação do Campo e Reforma Agrária Popular, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Educação do Campo, Arte-Educação. Vale ressaltar que no campo acadêmico as *arpilleras* não são muito conhecidas e a escolha de usá-las como uma técnica de metodologia de pesquisa-ação foi sem dúvidas um desafio durante a pesquisa. Aprendemos coletivamente que através dessas costuras podemos abrir novas janelas na construção de conhecimentos, de forma original e participante.

## Referências

Alves, M. S., & Trocate, C. (2020). Análise de conjuntura política, econômica e social da mineração no Brasil e os enfrentamentos necessários. In Alves, M. S., & et al. (Orgs.). *Mineração: realidades e resistências* (pp. 20 – 40) São Paulo: Editora Expressão Popular.

Bacic, R. (2011). Catálogo da exposição “*Arpilleras da resistência política chilena - de la resistencia política chilena*”. São Paulo: Pinacoteca do Estado.

Barbosa, A. M. (1998). *Tópicos utópicos*. Belo Horizonte: C/Arte.

*Base Nacional Comum Curricular – educação é a base.* (2017). Recuperado de: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase>

Caldart, R. S. (2004). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular.

*Censo Escolar 2020.* (2020). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Recuperado de: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

*Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.* (2010). Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>

Fanon, F. (1968). *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Fernandes, B. M. (2000). *A formação do MST no Brasil*. 2ª edição. Petrópolis: Editora Vozes.

Freire, P. (2020). *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.

Gilbert, J. (2013). Direito à terra como direito humano: argumentos em prol de um direito específico à terra. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, 10(18), 121 – 143.

Instituto de Educação Josué de Castro. (2020). *Caderno de Inserção*. Acervo documental Haydée Santamaria Cuadrado. Viamão – RS.

Instituto de Educação Josué de Castro. (2019). *Projeto Político Pedagógico – Turma XVII - Ensino Técnico em Cooperativismo e Ensino Médio*. Documento interno.

Jelin, E. (2002). *Los trabajos de la memoria*. Madrid – España. Siglo veintiuno de España editores/Siglo veintiuno de Argentina Editores.

Kolling, E. J., Vargas, M. C., & Caldart, R. S. (2014). MST e Educação. In *MST - Boletim da Educação*, nº 12.

Movimento dos Atingidos por Barragens. (2015). In *Catálogo da exposição “Arpilleras: bordando a resistência”*. São Paulo.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (2021). *Nossa história*. Sem data. Recuperado de: <https://mst.org.br/nossa-historia/05-14/>

*Plano Nacional da Educação.* (2014). Recuperado de: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

*Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.* (2008) Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica

do Campo. Recuperado de: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11841-rceb002-08-pdf&category\\_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11841-rceb002-08-pdf&category_slug=outubro-2012-pdf&Itemid=30192)

*Resultados*. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Recuperado de: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

Rizzi, M. C. L. L., & Silva, M. (2017). Abordagem Triangular do Ensino das Artes e Culturas Visuais: uma teoria complexa em permanente construção para uma constante resposta ao contemporâneo. *Revista GEARTE*, 4(2), 220-230. <http://dx.doi.org/10.22456/2357-9854.71934>

Santos, M. (2002). *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP.

Thiollent, M. (1986). *Metodologia da Pesquisa – Ação*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Cortez/Autores Associados.

Viero, J., & Medeiros, L. M. (2018). *Princípios e Concepções da Educação do Campo*. Núcleo de Tecnologia Educacional da UFSM.

---

<sup>i</sup> Dados elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

<sup>ii</sup> Reconhecido internacionalmente, foi o fundador e primeiro presidente do Órgão das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Por combater a fome e defender a reforma agrária, foi exilado do país pelo golpe militar de 1964, morreu no exílio na França em 1973. (IEJC, 2020, p.2).

<sup>iii</sup> O autor fez menção ao Artigo 14 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), que garante às mulheres rurais “acesso aos créditos e empréstimos agrícolas, aos serviços de comercialização e às tecnologias apropriadas, e receber igual tratamento nos projetos de reforma agrária e de reassentamento.”

<sup>iv</sup> Publicado em dezembro de 2021 na Revista: Perspectivas em Diálogo – Revista de Educação e Sociedade, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, no Dossiê Temático: “Assentamentos Rurais e Educação do Campo”. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/12667>

<sup>v</sup> Acessível em: [Livro "Conquistar, Ocupar, Resistir e Produzir: Memórias da Educação do Campo em fios e cores "](#)



### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 06/10/2022  
Aprovado em: 26/08/2023  
Publicado em: 21/10/2023

Received on October 06th, 2022  
Accepted on August 26th, 2023  
Published on October, 21th, 2023

**Contribuições no Artigo:** Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de Interesse:** Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

### Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

### Article Peer Review

Double review.

### Agência de Fomento

Esse trabalho recebeu apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) – bolsa e projeto APQ-02013-18.

### Funding

No funding.

### Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Löbler, L., & Schefer, M. C. (2023). Arpillerando com jovens do Ensino Médio de uma escola do campo – bordados coletivos da luta pela terra. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 8, e14974. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14974>

ABNT

LÖBLER, L.; SCHEFER, M. C. Arpillerando com jovens do Ensino Médio de uma escola do campo – bordados coletivos da luta pela terra. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 8, e14974, 2023. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14974>